

PASEC2024

DADOS RECOLHIDOS EM 2025



NOTA SOBRE AS POLÍTICAS EDUCATIVAS COM BASE NOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO NO ENSINO BÁSICO

África Subsariana



pasec
Programme d'analyse des systèmes
éducatifs de la confemen

Porquê esta nota

A quatro anos do fim do prazo da Agenda Internacional para a Educação 2030, a questão já não é saber se as crianças vão à escola. O mais importante é saber o que eles realmente aprendem lá. Os sistemas educativos na África Subsaariana têm vindo a envidar um esforço considerável em matéria de escolarização e a avaliação do PASEC2024 demonstra, mais uma vez, que esse esforço não se traduziu, em todos os locais e para todos, em resultados concretos de aprendizagem, tal como já tinha sido demonstrado na avaliação do PASEC2019.

A presente nota destina-se aos decisores e apresenta as conclusões da avaliação, as medidas que essas conclusões exigem e as linhas de ação daí decorrentes.

Uma avaliação como a do PASEC só tem utilidade se provocar mudanças nas políticas educativas. O PASEC optou por não classificar os países, mas sim por permitir que cada sistema identifique onde residem as suas dificuldades, quem suporta o peso dessas dificuldades e quais as alavancas em que vale a pena trabalhar. Além disso, os resultados não têm como objetivo tomar decisões em nome dos Estados.

O objetivo das páginas que se seguem é, portanto, facilitar essa decisão e dotar os decisores das ferramentas decorrentes dos dados comprovados.

É importante salientar que as correlações apresentadas são associações estatísticas e não relações de causa e efeito. A avaliação observa os alunos num determinado momento, sem qualquer desenho experimental. Quando um grupo obtém melhores resultados do que outro, a nota descreve uma diferença constatada.

Para citar esta publicação: PASEC (2026). PASEC2024 – Nota sobre as políticas educativas com base nos resultados da avaliação no ensino básico na África Subsaariana. CONFEMEN.

1

As constatações

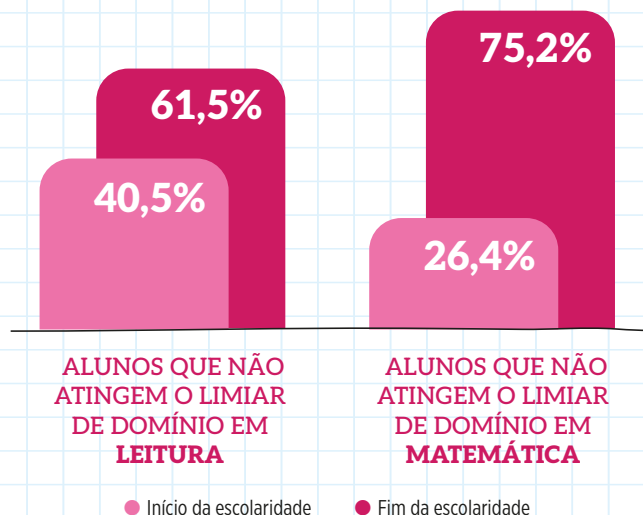
A dificuldade não diminui ao longo da escolaridade, pelo contrário, agrava-se.

Dois números resumem a situação da aprendizagem.

No início da escolaridade, seis em cada dez alunos dominam os conhecimentos esperados na língua de ensino. Em matemática, cerca de 3 em cada 4 alunos dominam os conhecimentos esperados. No fim da escolaridade, já só quatro em cada dez têm competências de leitura e um em cada quatro em matemática. Por outras palavras, a dificuldade não diminui ao longo da escolaridade, pelo contrário, agrava-se.

Estes dados globais abrangem situações muito contrastantes, uma vez que a diferença entre os países é considerável (ver gráficos nas páginas 4 e 5).

A tendência varia consoante a fase do percurso. Entre 2019 e 2025, cinco em cada onze países registaram progressos significativos na leitura no início da escolaridade e nenhum registou um retrocesso. No fim da escolaridade, a tendência inverte-se: nenhum país regista progressos e sete regridem. Os esforços envidados nos primeiros anos produzem resultados; não se mantêm ao longo do ciclo. Por outras palavras, quanto mais tempo os alunos permanecem na escola, menos os seus conhecimentos se consolidam.



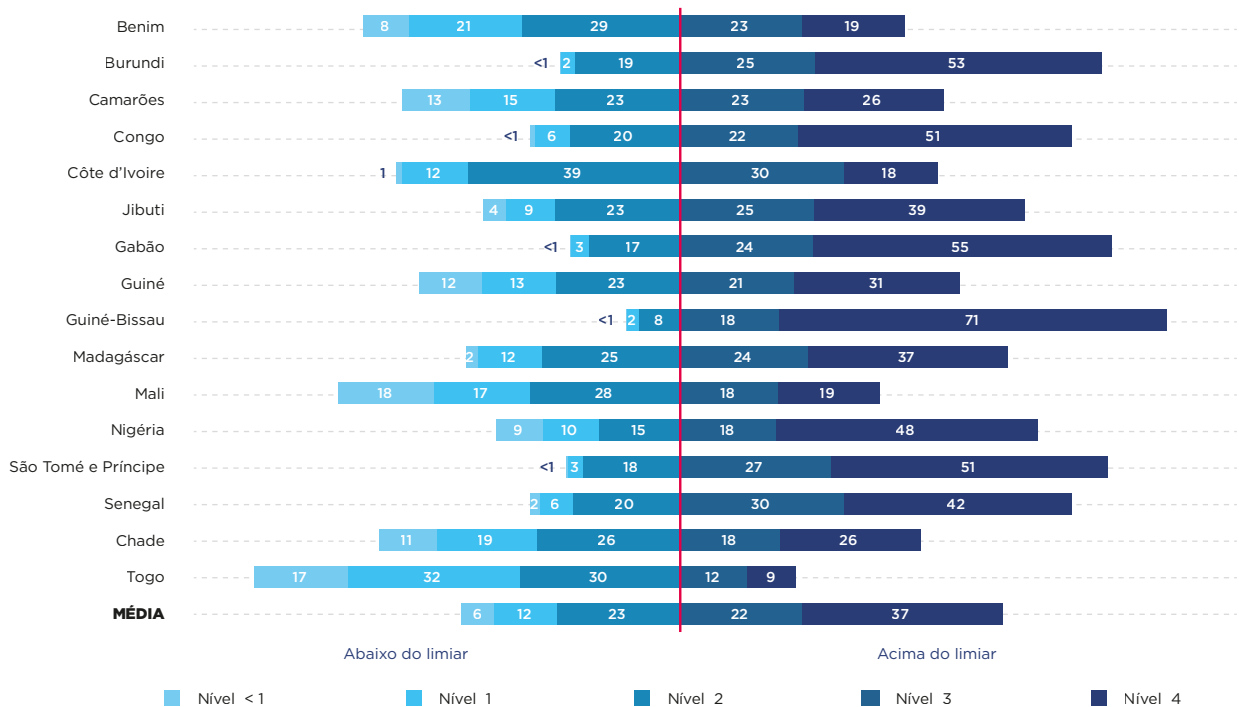
As mensagens-chave

- 1** **A maioria dos alunos conclui o ensino básico sem dominar os conhecimentos fundamentais.**
38,5% dos alunos estão acima do nível mínimo de competências esperadas em leitura no final do percurso escolar; em matemática, 75,2% estão abaixo do nível mínimo.
- 2** **O nível melhora no início da escolaridade e piora no final.**
Entre 2019 e 2025, na área da leitura, cinco em cada onze países registam progressos no início do percurso escolar e nenhum regista um retrocesso; no final do percurso escolar, nenhum regista progressos e sete registam um retrocesso. Este é um dos resultados mais preocupantes do PASEC2024.
- 3** **As diferenças entre países são, por vezes, consideráveis.**
A percentagem de alunos que atingem o nível mínimo de competências varia entre 21% no Togo e 90% na Guiné-Bissau em língua no início do percurso escolar, e entre 1,3% na Guiné-Bissau e 59,6% no Senegal em matemática no final do percurso escolar.
- 4** **No interior de cada país, a dispersão dos resultados é elevada.**
A diferença interdecil média atinge 314,3 pontos na disciplina de língua no início do ensino básico, variando entre 201,6 pontos na Côte d'Ivoire (Costa de Marfim) e 392,1 pontos na Nigéria.
- 5** **As dificuldades surgem numa fase muito inicial, nos conteúdos mais básicos.**
No início do ensino básico, 23% dos alunos leem menos de seis letras do alfabeto num minuto, um em cada quatro alunos não lê nenhuma palavra conhecida e 42% não chegam ao número 61 ao contar em voz alta.
- 6** **Um em cada dois alunos não consegue estudar com um manual em casa.**
No início do ensino básico, sete em cada dez alunos têm um manual de leitura na sala de aula, mas apenas 51,1% podem levá-lo para casa (variando entre 6,0% no Benim e 91,4% no Jibuti).
- 7** **A vantagem urbana é, antes de mais, uma vantagem social, e a vantagem para o setor privado confirma-se.**
A diferença entre as zonas urbanas e rurais de 57,3 pontos na leitura no início do percurso escolar diminui para 26,3 pontos após o controlo; a vantagem do ensino privado continua a ser significativa em catorze dos dezasseis países no fim da escolaridade.
- 8** **A língua falada em casa tem um peso significativo, mas por razões diferentes consoante o país.**
A vantagem dos alunos que falam a língua de ensino em casa é de 56,4 pontos na leitura, dos quais 32,7 persistem após o controlo da origem social.
- 9** **A influência da origem social varia consideravelmente de país para país.**
A diferença entre os quintis extremos (os 20% dos agregados familiares mais ricos e os 20% dos agregados familiares mais pobres) ultrapassa os 120 pontos em termos de leitura nos Camarões, no Togo e em Madagáscar; no Gabão, o país com o índice mais elevado de equidade social, essa diferença é de apenas 41 pontos.
- 10** **O financiamento é insuficiente, mas não explica, por si só, as diferenças nos resultados.**
Cinco de dezasseis países destinam pelo menos 4% do PIB à educação; seis de quinze países situam-se na fronteira da eficiência, incluindo a Guiné-Bissau, onde o financiamento por aluno é o mais baixo.

Panorama dos níveis por país

Gráfico 1

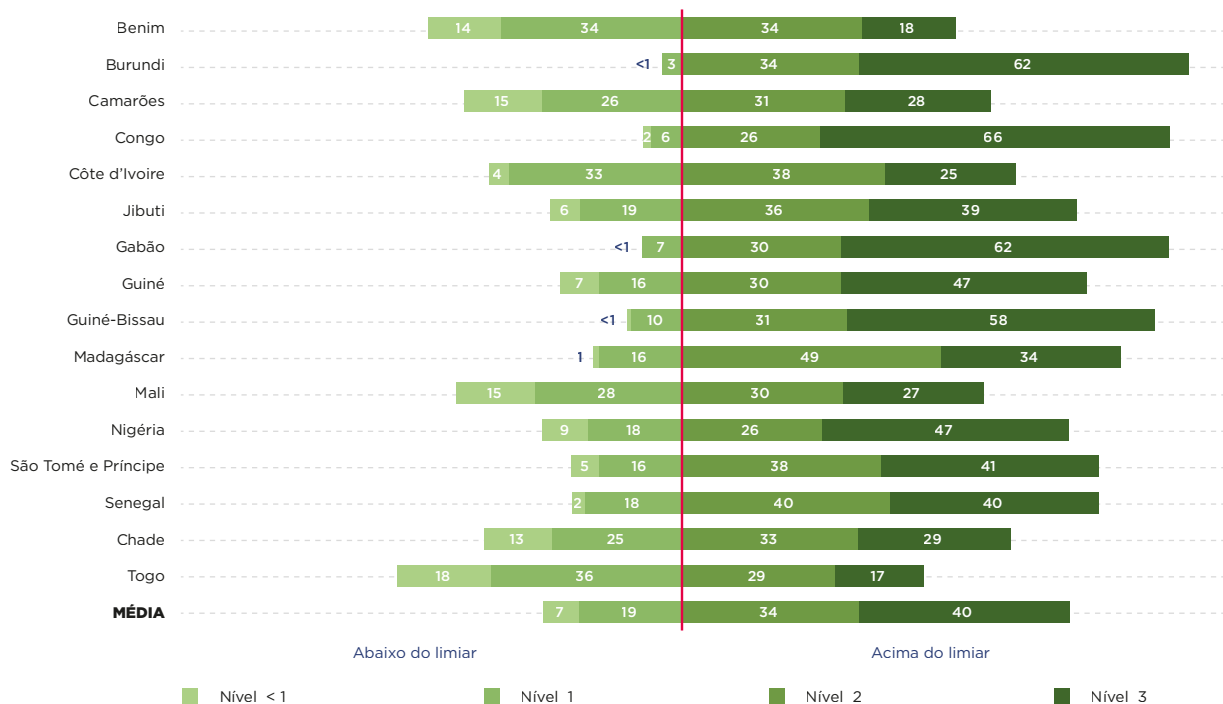
Percentagem de alunos de acordo com o nível de competências alcançado na língua de ensino, no início do ensino básico



Nota: as barras estão alinhadas com a linha vermelha, que representa o limiar de competência. À esquerda, encontram-se os alunos que não atingem o nível mínimo esperado (níveis inferiores a 1, 1 e 2); à direita, aqueles que o atingem ou ultrapassam (níveis 3 e 4).

Gráfico 2

Percentagem de alunos de acordo com o nível de competências alcançado em matemática no início da escolaridade



Nota: as barras estão alinhadas com a linha vermelha, que representa o limiar de competência. À esquerda, encontram-se os alunos que não atingem o nível mínimo de domínio esperado, ou seja, aqueles que se situam em níveis inferiores ao nível 1 e no próprio nível 1. À direita, aqueles que atingem ou ultrapassam esse valor, ou seja, os que se situam nos níveis 2 e 3.



Todos os gráficos foram extraídos do relatório internacional “PASEC2024 – Balanço das aprendizagens do ensino básico na África Subsaariana”, disponível em linha: <https://pasec.confemen.org/pt/resultados/pasec-24-relatorio>

Gráfico 3

Distribuição dos alunos por nível de competência em compreensão escrita no final do ensino básico (%)

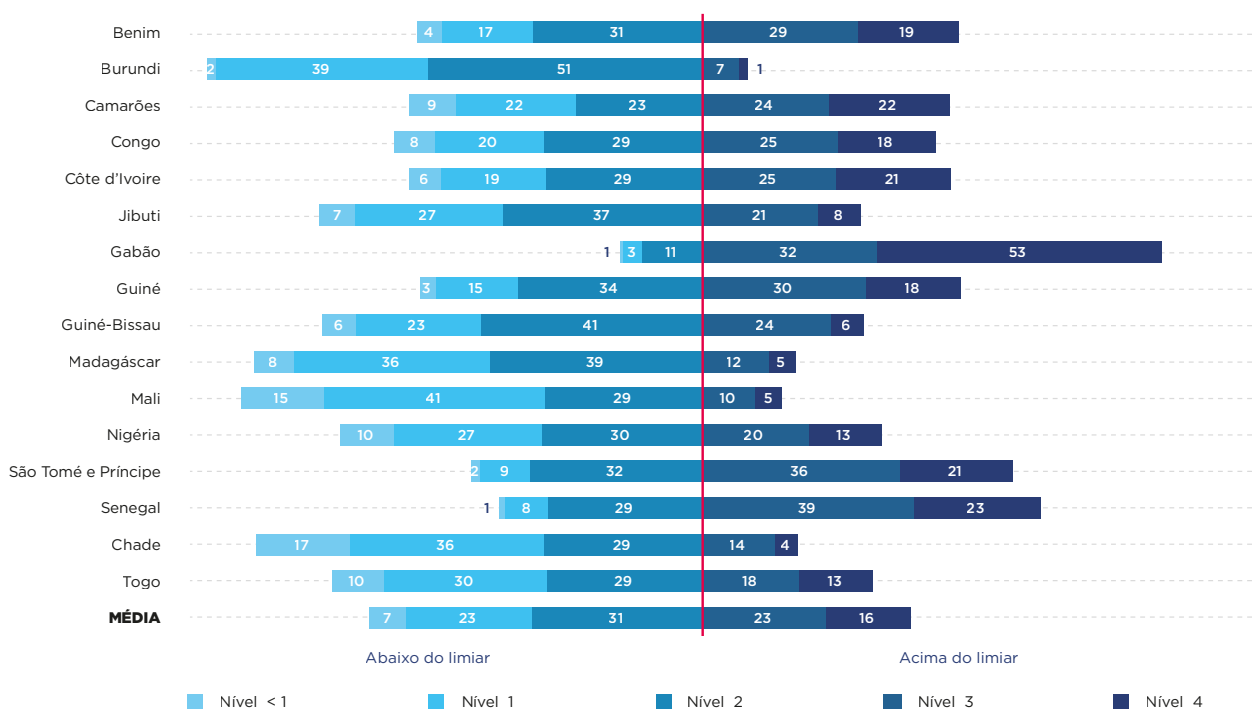
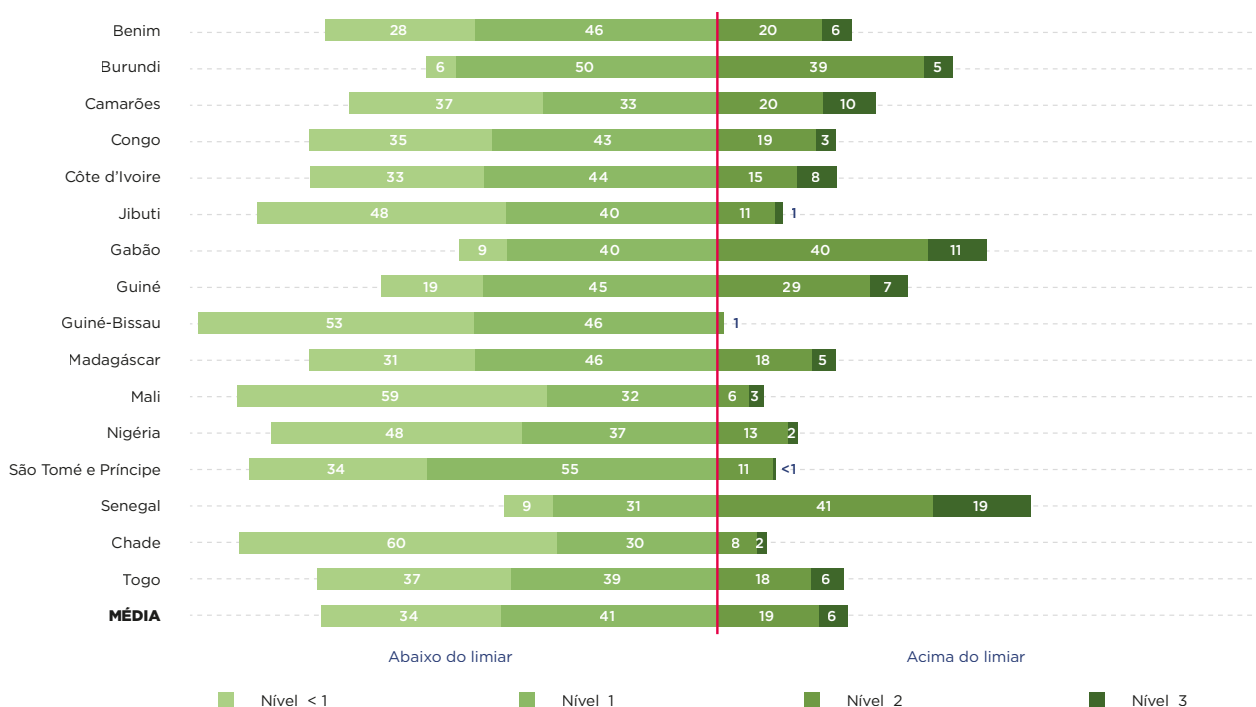


Gráfico 4

Distribuição dos alunos por nível de competência em matemática no final do ensino básico (%)



2

Orientações para reflexão e ação

4 medidas para impulsionar a mudança

1

Agir antes que a diferença aumente.

As dificuldades são visíveis logo no início da escolaridade, na leitura das letras e na contagem. Não se corrigem por si mesmas. A percentagem de alunos com um nível de competências inferior ao esperado aumenta entre o início e o fim do ciclo. Esperar até ao final do ensino básico para intervir significa intervir em diferenças já consolidadas. É urgente investir numa educação pré-escolar de qualidade, a fim de preparar todas as crianças para tirarem partido deste nível de escolaridade.

2

Concentrar-se em determinados alvos, em vez de distribuir de forma equitativa.

A maior parte da desigualdade recai sobre os estabelecimentos rurais, públicos e socialmente desfavorecidos. Uma distribuição uniforme dos recursos por todas as instituições perpetua a disparidade. Só uma distribuição que tenha em conta as vulnerabilidades é que pode reduzi-la. Por conseguinte, é necessário atribuir mais meios e recursos humanos aos estabelecimentos de ensino que prestam apoio às comunidades mais vulneráveis.

3

Abordar a leitura e a matemática de forma diferente.

Em matemática, é o nível médio de todos os alunos que está a baixar em praticamente todos os países. Por outras palavras, é necessário considerar uma reforma de grande envergadura (currículo, formação de professores, número de horas dedicadas à matemática). Na leitura, o que se destaca é a dispersão dos resultados, o que está relacionado com o grau de familiaridade das famílias com a língua da escola. Ambos os desafios exigem respostas distintas.

4

Estabelecer uma ligação entre os orçamentos e as aprendizagens.

Os países do PASEC cujos recursos destinados à educação são comparáveis obtêm resultados muito diferentes. A questão não é, portanto, apenas quanto um sistema educativo gasta, mas sim o que essa despesa gera em termos de aprendizagem.



Pontos de reflexão para aprofundar o tema

As orientações que se seguem decorrem das constatações anteriores. Estas abordagens suscitam reflexões e apontam vias de ação pública, em vez de prescreverem medidas específicas. A sua relevância deve ser avaliada à luz do contexto específico de cada sistema educativo nacional.

Garantir que o manual esteja disponível na casa do aluno.

No Benim, 87,8% dos alunos têm um manual na sala de aula e apenas 6,0% podem levá-lo para casa; no Togo, 88,2% e 23,5%. Não se trata, portanto, de uma questão de dotação, mas sim de uma política de conservação do stock, que pode ser revista.

Garantir as condições materiais mínimas.

Um número razoável de alunos por turma, um lugar sentado, uma sala adequada, um manual de leitura e um manual de matemática constituem uma base que nem sempre é garantida em todos os locais.

Dotar o corpo docente de meios de transporte.

Os inspetores, os conselheiros pedagógicos e os diretores não podem apoiar as escolas rurais sem transportes, combustível nem meios de comunicação.

Consolidar a oferta pública de ensino pré-escolar nas zonas rurais.

O ensino pré-escolar beneficia sobretudo as famílias favorecidas das cidades. O setor privado continuará a desempenhar um papel central neste domínio, mas a oferta pública deve expandir-se nas áreas onde hoje está praticamente ausente, sob pena de perpetuar as desigualdades antes mesmo da entrada na escola primária.

Reforçar a formação dos professores no ensino da leitura e reformar o ensino da matemática.

Em vários países, isso implica uma revisão dos próprios métodos de aprendizagem da leitura e da escrita, e não apenas a introdução de sessões de formação contínua. Em matemática, faz sentido inspirar-se nos países que obtêm pontuações elevadas para implementar reformas profundas.

Gerir o orçamento com base nas aprendizagens e não nas despesas efetivamente realizadas.

O custo por aluno que atinge o limiar mínimo de competências, que relaciona a despesa com o número de alunos que realmente aprendem, é um indicador simples que permite chegar a essa conclusão. A sua introdução nos planos setoriais desloca o foco da gestão do volume de verbas para o seu rendimento educativo.

PASEC2024

DADOS RECOLHIDOS EM 2025

Avaliar as aprendizagens para transformar as políticas educativas

Criado em 1991, o Programa de Análise dos Sistemas Educativos da CONFEMEN (PASEC) afirmou-se como o instrumento de referência ao serviço da pilotagem dos sistemas educativos dos Estados e governos membros da CONFEMEN. Tem por missão esclarecer a decisão pública, medindo a evolução do desempenho dos sistemas educativos, a fim de orientar a elaboração, o acompanhamento e a avaliação das políticas educativas e, através delas, a melhoria da qualidade da educação.

A sua ação não se limita à medição. O PASEC reforça as capacidades nacionais de avaliação, favorece a apropriação e a utilização efetiva dos resultados pelos atores educativos e apoia o desenvolvimento da investigação em educação. Através das suas avaliações e dos seus trabalhos de análise, disponibiliza aos decisores dados fiáveis e comparáveis, bem como análises rigorosas, alavancas para uma educação com melhor desempenho, mais equitativa e mais eficaz.

Por fim, o PASEC contribui para a produção de conhecimento, acompanhando os investigadores e pondo à sua disposição os seus dados e quadros de avaliação. Alimenta trabalhos úteis tanto para os sistemas educativos como para a comunidade universitária.

CONFEMEN – PASEC

Complexe SICAP Point E, Edifício C
3.º andar, Avenue Cheikh Anta Diop
BP 3220 Dacar, Senegal
Tel.: +221 33 859 29 79 / +221 33 859 29 91
Fax: +221 33 825 17 70
Correio eletrónico: pasec@confemen.org
Sítio web: www.pasec.confemen.org

@CONFEMEN



© PASEC, 2026. Todos os direitos reservados.



 Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Direction du développement
et de la coopération DDC